EXCELENTÍSSIMO SENHOR CHEFE DO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA , ESTADO DO PARANA.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2022

PAULO FOLHARINI MOREIRA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 43.493.083.0001.00, estabelecida na Rua Cel Alipio dias, nº 878, Centro, na cidade de São José do Rio Pardo/SP, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, interpor a presente **Razões de Recurso Administrativo**, pelos motivos de fato e de direito a seguir colacionados, face a **Habilitação** da empresa **COMERCIOS DE DOCES LTDA**

I – Do recebimento do Recurso no Efeito Suspensivo

Preliminarmente, requer a **Recorrente**, com base no poder geral de cautela, o recebimento das presentes **Razões de Recurso**, concedendo-lhe também o efeito **Suspensivo**, a fim de evitar risco atual e efetivo de dano jurídico à merenda escolar de Nova America da Colina, em atendimento ao princípio da efetividade. Uma vez que se dê a adjudicação do certame a outro licitante, produzirá esta os seus efeitos irreversíveis, ferindo **DIREITO LÍQUIDO E CERTO** da Recorrente, ocorrendo a possibilidade de haver lesão de difícil ou impossível reparação, sob pena de o provimento do presente recurso tornar-se inócuo.

Artigo 109 – Dos atos da administração decorrentes da aplicação desta lei cabem:

I – recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

b) julgamento das propostas;

§ 2º - O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

II - DOS FATOS

A empresa ora recorrente é empresa do segmento de fabricação e comércio de produtos derivados de chocolate, apresentou a Certidão da Jucesp com mais de 30 dias, no momento do credenciamento o representante ligou a empresa e apresentou a certidão com dentro do prazo de validade, porém não foi aceita. Muito nos estranhou que a única concorrente presente na licitação estava com a procuração datada em 2018, sem prazo de validade, sem especificação com poderes para concorrer ao certame e foi habilitada.

Sua intenção de recurso é contra a decisão de inabilitação da empresa PAULO FOLHARNI MOREIRA e habilitação da empresa COMERCIOS DE DOCES LTDA, havendo indícios de favorecimento e fundamentada nos robustos indícios de irregularidades apresentada na procuração apresentada pela empresa COMERCIOS DE DOCES LTDA.

Constantes no Edital:

4 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

4.5- O documento apresentado que não expressar o prazo de validade deverá ter data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias sob pena de descredenciamento da proponente.

O não cumprimento das regras determinadas previamente tem o condão de ensejar a **Inabilitação** da empresa, vez que se trata de exigência de extrema relevância, como foi Inabilitada nossa empresa.

Muito nos surpreende que a Prefeitura Municipal de Nova America da Colina, define regras de inabilitação da forma como bem entender.

III - DO MÉRITO

Sob uma análise perfunctória dos documentos de habilitação ambas as empresas deveriam ser desclassificadas e não habilitar tão somente empresa COMERCIOS DE DOCES LTDA

Nobre pregoeira, estes fatos onerou os cofres publicos em pelo menos R\$ 10.000,00, pois fomos impedidos de ofertar lances, assim não havendo corrença legal, pois a empresa estava “sozinha” no certame. Além de ser HABILITADA de forma irregular, promoveu a venda a preços abusivos.

IV - Do Direito

Relevante é a regra de que, se o Edital impôs determinado requisito, há que reputar-se relevante e fundamentada a exigência. O Edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos.

Neste sentido, estaria a Administração infringindo os artigos 3 e 41 da Lei 8.666/93, que reza:

Art. 3. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Hely Lopes Meirelles ensina:

“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.” (in *Licitação e contrato administrativo*, 14^o ed. 2007, p. 39)

Analisando a legislação, é relevante aduzir que a regra editalícia tem sustentação no dispositivo legal (art. 30, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93):

5 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

4.5- O documento apresentado que não expressar o prazo de validade deverá ter data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias sob pena de descredenciamento da proponente.

Os participantes do ato licitatório devem obrigatoriamente seguir à risca as exigências contidas no edital, sob pena de serem desclassificados.

A estrita obediência às exigências do edital pelos participantes é que dá transparência ao ato público e é a base da moralidade no ato licitatório.

Aliás, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, dispõe em seu art. 41, que :

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

(...)

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.” (sic) (grifo nosso).

V- DOS PEDIDOS

Pelo que acima foi exposto e, em observância aos princípios da **LEGALIDADE, ISONOMIA E MORALIDADE**.

Por óbvio que o que deve prevalecer é o interesse público. O pregoeiro tem o dever de tomar qualquer decisão que impeça a classificação de empresa que não cumpriu com as exigências do edital, visto que, reitere-se, o ato licitatório deve primar

pela transparência e ampla disputa entre os concorrentes, visando o bem estar dos munícipes.

Assim, nos termos da fundamentação do presente, deverá ser revogada a decisão que aprovou a empresa como vencedora do certame, e devendo ser dada como fracassada pois não é justo usar mesmas regras com decisões diferentes, assim, a administração pública pode dar um prazo de até 8 dias úteis para que as empresas interessadas apresentem novamente a documentação ou propostas dentro do que foi estabelecido no certame.

Enviamos ofício ao MP para apuração dos fatos de impediram a ofertar propostas e causaram uma oneração nos cofres publicos de pelo menos R\$ 10.000,00

JUSTIÇA !

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

De São José do Rio Pardo, 17 fevereiro de 2022

PAULO FOLHARINI MOREIRA